

Resistência ao fetichismo da leitura

Andrei Santos de Morais*

Data de submissão: 9 fev. 2009

Data de aprovação: 11 dez. 2009

Resumo

A *resistência ao fetichismo da leitura* volta-se contra toda leitura literária que se fundamente no método e na ideologia para garantir uma univocidade da linguagem, e pretenda com isso escamotear as suas vicissitudes como a ambivalência e a polissemia produzida em seu exercício. Para que isso seja discutido, fez-se necessário abordar o fetichismo marxiano e o freudiano como parâmetros para se pensar no diálogo com a literatura e suas questões recorrentes.

Palavras-chave: Resistência; fetichismo; leitura; método; ideologia.

Abstract

The resistance to the reading fetishism has been opposed to all kinds of literary reading based on the method and on the ideology in order to guarantee a unity of language, aiming to steal its instability such as the ambivalence and the polysemy produced in its practice. In order to have it debated, it was necessary to approach the Marxist and the Freudian fetishisms as parameters of thinking towards the dialogue with the literature and its recurrent issues.

Keywords: Resistance; fetishism; reading; method; ideology.

* Doutor e mestre em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), bacharel e licenciado em Filosofia pela mesma instituição. Professor de Filosofia, Português e Metodologia Científica na Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC), Taguatinga-DF.

*O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.*

*Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça, água
na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
não foi feito por mim.*

*Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,
dono da mercearia.*

*Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.*

*Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.*

*Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.*

*Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema*

(Ferreira Gullar. O açúcar)

O “como ler?” é um dos maiores entraves da arte literária. Nesse momento, a técnica é tão importante quanto o que deverá ser lido, a importância de submeter o texto ao cálculo preestabelecido. Ao eleger a superioridade do método, do cálculo, a leitura torna-se por excelência o próprio ato de interpretar, de conduzir à tona uma relação inequívoca entre o texto e o sentido a ele inerente. Entretanto, a leitura não se iguala ao método. Embora estabelecido historicamente e de modo diverso nas culturas, o método atrelado ao ato de ler também se encontra distante de qualquer formalismo e tampouco deve ser imposto ao texto. A leitura vista apenas como método acrescenta muito pouco a si mesma, já que ela desaparece nessa relação sob os auspícios da evidência do sentido, a sua obviedade. A experiência da leitura literária não pode ser subtraída pelo método. Caso contrário, o resultado da leitura seria tornar evidente o oculto no texto, isto é, mediante outras palavras, evidenciar o seu único sentido. A exaltação do método, do cálculo ou da técnica constitui o fetichismo da leitura ao qual deverá ser resistido aqui.

Resistir à identidade entre a leitura e o método não implica a negação do segundo. Pelo contrário, é imprescindível o método, faz-se necessário que a junção/condução das palavras siga regras mínimas na leitura. O que não se deve inferir com isso é a submissão incontestada da leitura ao método. A leitura literária é subversiva, resiste a métodos. A subversão literária sobrevive em contrapelo às ciências e aos seus métodos, sobrevive até mesmo à teorização da literatura.

Há, sem dúvida, uma parte *teorizável* da literatura [...] se a teoria pressupõe a linguagem científica. Uma função da literatura é subverter essa mesma linguagem; nesse caso é extremamente temerário pretender que se possa lê-la exaustivamente com a ajuda desta mesma linguagem que ela coloca em questão. Fazê-lo equivale a postular o fracasso da literatura (Todorov, 2003, p. 332).

A “função da literatura” é subverter o método próprio da linguagem científica, sua “teorização”¹. Para isso, a escrita literária não admite que seja lida exaustivamente, como se fosse possível exaurir dela alguma função além de questionadora da própria linguagem exposta por ela. Ela não é serva de objetivos definidos e últimos. A

¹ “A poesia / quando chega / não respeita nada. / Nem pai nem mãe. / Quando ela chega / de qualquer de seus abismos / desconhece o Estado e a Sociedade Civil / desrespeita o Código de Águas / relincha / como puta / nova / em frente ao Palácio da Alvorada. / E só depois / reconsidera: beija / nos olhos os que ganham mal / embala no colo / os que têm sede de felicidade / e de justiça / E promete incendiar o país” (Gullar, [s.d.], p. 440).

literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ela permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência. [...] A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa (Barthes, 2000, p. 18-19).

Assim como a “literatura” não fetichiza saberes, a sua leitura de modo algum seria fetichizada para satisfazer quaisquer que sejam as instituições – jurídicas, filosóficas ou científicas. O “lugar indireto” reservado aos saberes e posto pela escrita literária constitui a sua singularidade, esta é uma diferença imposta à sua leitura. Essa diferença acaba por criar um espaço de interdisciplinaridade e, contraditoriamente, de conflito entre discursos aparentemente semelhantes.

A escrita literária “é a única [...] capaz de assimilar – de ‘literalizar’ – todos os tipos de discursos existentes, inclusive os que provêm de instituições ou aparelhos ideológicos que não têm em si mesmos nada de literário” (Lajarte, 1985, p. 68). Ao “literalizar”, a escrita literária invade outros discursos, implode-os e toma para si o direito de dizer sem se comprometer com as suas respectivas verdades e consequências.

“Literatura” é um desses nomes flutuantes que resistem à redução nominalista, um desses conceitos transversais que têm a propriedade de desmanchar as relações estáveis entre nomes, idéias e coisas e, junto com elas, as delimitações organizadas entre as artes, os saberes ou os modos do discurso. “Literatura” pertence a essa delimitação e a essa guerra da escrita onde se fazem e se desfazem as relações entre a ordem do discurso e a ordem dos estados (Rancière, 1995, p. 27).

A escrita literária resiste a nomes, a universais, e instabiliza relações entre palavras e saberes. Ela é tão estranha para si quanto para os outros discursos, pois lhe é ausente qualquer propriedade interna. Segundo Jacques Rancière, o problema é: “Como a interpretamos [a literatura], que sentido damos a ‘atitude’ e como pensamos essa ausência de ‘propriedade interna’” (Rancière, 1995, p. 36). Resumindo, como ler a escrita literária sem pressupormos a sua singularidade?

Apesar da institucionalização das regras da língua, a escrita literária constantemente as contraria. Ela é sedutora por oferecer a diferença: a liberdade de ler e arrancar o leitor de sua mesmice obrigação para com o uso pragmático da língua. Na vida prática, é obrigatório ler de forma unívoca e o afã de liberdade da leitura é oprimido, a liberdade de

transcender códigos linguísticos é convertida em aplicação metódica. O fetichismo da leitura é formado pela necessidade de atrelar métodos ao ato de ler, à leitura em geral. Isso se dá de modo indiscriminado, seja em manual de televisor ou nos poemas de Carlos Drummond de Andrade. O fetichismo encobre a dificuldade de se definir o que vem a ser realmente a literatura e, por conseguinte, a leitura literária. Ou seja, o que a distingue das demais leituras? A fronteira é muito tênue, para não dizer inexistente, mormente se considerarmos que o uso do termo “literatura” se valeu tanto para textos filosóficos, científicos quanto propriamente para a literatura que é pressuposta hoje. A “função dos discursos ‘literários’ [...] não deixou de mudar no curso da História. [...] A especificidade dos discursos ‘literários’ reside em cada período da história, no *tipo específico de transformação* a que submete os discursos não literários contemporâneos” (Rancière, 1995, p. 74-75). E o que é pressuposto hoje como “literatura”? Philippe de Lajarte tenta responder: a “função literária” poderia ser definida como uma “representação da relação imaginária dos sujeitos falantes com as práticas discursivas de seu tempo” (Rancière, 1995, p. 75). Essas práticas reportam aos tempos de Aristóteles (*Poética*) a Guimarães Rosa, à diferenciação entre estória e história. “A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota. A anedota, pela etimologia e para a finalidade, requer fechado ineditismo. Uma anedota é como um fósforo: riscado, deflagrada, foi-se a serventia” (Rosa, 1985, p. 7). No entanto, ao aproximá-la da “estória”, a dificuldade em se definir a literatura persiste, pois não se resume ao “ineditismo” nem à falta de “serventia”, nem muito menos é clara a sua distinção em relação à “história dos fatos” – como se fatos fossem realmente fatos, independentes dos discursos que se fazem deles. O que é a leitura literária, então? O que se pressupõe ao dizer “leitura literária”?

No impasse de encontrar respostas para essas questões, é bem provável que se encaminhe o poder de sedução da leitura literária, a capacidade de escapar constantemente de conceitos, regras e toda sorte de aplicação lógica sobre algo que não admite tal submissão. Por isso, a importância de uma resistência à leitura em vez de leitura literária simplesmente torna-se relevante ratificar. Na leitura literária, há mais resistência à leitura do que leituras bem-sucedidas – com vistas na univocidade ou no seu encerramento. Aos poucos, prenuncia-se o que está sendo apresentado como fetichismo da leitura. O fetichismo da leitura lida com conceitos incontestes ou tácitos, entre eles, o que é a “literatura” ou o que é a “leitura literária”. A “literatura” ou a “leitura literária” não são objetos ou coisas positivas imunes à crítica, ao questionamento. Ainda que

o título *Que é a literatura?* indique uma essência da literatura a ser exposta, escrita, Jean-Paul Sartre volta-se para a prática: “Que é escrever?”, “Por que escrever?”, “Para quem se escreve?”, “Situação do escritor em 1947”.

Pois, como aquele que escreve reconhece, pelo próprio fato de se dar ao trabalho de escrever, a liberdade de seus leitores, e como aquele que lê, pelo simples fato de abrir o livro, reconhece a liberdade do escritor, a obra de arte, vista de qualquer ângulo, é um ato de confiança na liberdade dos homens (Sartre, 1989, p. 51).

Sartre define a literatura a partir de seu fim, da liberdade a ser incitada nos leitores. Estando livres, os leitores seriam responsáveis por seus atos, atos com vistas na mudança do mundo. Dito isso, nada impede de criticá-lo, de perguntar a essa liberdade se ela mesma assumiria os riscos de sua responsabilidade².

Em *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*, Karl Marx apresenta as sutilezas metafísicas e teológicas da mercadoria. Como apenas valor de uso, não há mistério, os produtos do trabalho continuam servindo às necessidades imediatas. “Em toda sua organização, a própria produção está voltada para o valor de uso, e não para o valor de troca; e é somente por exceder a quantidade necessária ao consumo que os valores de uso deixam de ser valores de uso e se tornam meios de troca, mercadorias” (Marx *apud* Lukács, 2003, p. 195). Com a revolução industrial – a grande revolução dos meios de produção, da técnica, na segunda metade do s. XVIII –, tem-se o aumento considerável do excedente de produção e a mercadoria torna-se valor de troca. A princípio, o valor de troca seria o preço alcançado pela mercadoria no mercado. No entanto, o seu valor é determinado pela quantidade de tempo de trabalho para produzi-la, tempo que inclui o tempo de trabalho necessário para produzir as máquinas, para extrair e transportar a matéria-prima entre outros. E o mais importante para Marx: o preço da mercadoria envolve dispêndio psíquico, físico e econômico para produzi-la; ou seja, o trabalho social. “De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria?” (Marx,

² Para essa reflexão, Georg Hegel acrescenta: “O desvio que se comete para dar à obra de arte, como fim último, um essencial que lhe é alheio é, pois, completamente supérfluo. Ao mesmo tempo, desfaz-se a falsa opinião, que já tratamos, de que a arte constituiria um meio para melhorar e elevar moralmente o mundo em geral, quer dizer, não seria o seu próprio fim, mas teria o fim fora de si. Coisas há, decerto, que não são meios com vistas a fins que lhe são exteriores e isso se pode dizer, em certo sentido, da arte quando é considerada como um meio de enriquecer, de adquirir honras e glória. Mas estes fins não são inerentes à arte como tal” (Hegel, 1996, p. 71-72).

1983, p. 71). Depois de produzida pelo trabalho, a mercadoria afasta-se imediatamente de quem a produziu e as suas respectivas condições de produção. Esse afastamento eleva a mercadoria ao *status* de coisa e o seu valor de troca passa a subjugar o valor de uso – a utilidade da mercadoria é determinada pelo máximo de tempo em que é mantido o seu valor de troca no mercado. De modo sucinto, a mercadoria torna-se uma coisa evidente e idêntica a si mesma, um ser quase autônomo, divino ou metafísico. Esta evidência se sustentaria numa racionalização do mundo a partir do domínio da técnica, a sua coisificação ou reificação (do latim *res*, coisa), um objeto puro e independente de seu produtor e das condições históricas que o produziram. “Mas ele desconhecia / Esse fato extraordinário: / Que o operário faz a coisa / E a coisa faz o operário” (Moraes, 1998, p. 412-413). Afastando-se de seu produtor, “o operário”, a mercadoria adquire aparência de valor de troca, de coisa metafísica. Esse afastamento é tão violento que o operário não se reconhece naquilo que faz e faz dele o que ele é³. Com a força do mercado que tudo enfeitiça, as mercadorias tornam-se coisas. O operário torna-se mercadoria, coisa, ele é a força de trabalho necessária para mover todo o meio de produção, e assim produz tudo em sua volta, até mesmo a si. Não obstante, o operário é alheio ao produto de seu trabalho, pois só produz coisas distintas dele. A coisificação ou reificação constitui o fenômeno da fetichização (ou feiticização) da mercadoria, já que esta não é mais capaz de mostrar o trabalho social que lhe é inerente e a condição de sua existência. A fetichização

não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 1983, p. 71).

Ao coisificar as relações humanas, tudo se torna alheio/estranho e enfeitiçado sob o véu do valor de troca. “Com isso, qualquer espécie de conduta humana se torna permissível no instante em que se mostre economicamente viável, tornando-se ‘valiosa’; tudo o que pagar bem terá livre curso” (Berman, 1986, p. 108). A fetichização, desse modo, transforma todo o trabalho social em mercadoria, coisa, até mesmo a linguagem.

³ Esta é a herança hegeliana de Marx. Nela, o trabalho constitui a interação humana com a natureza. Reconhecendo-se no produto daquilo que manipula materialmente, a consciência reconhece a si mesma como transformadora do mundo (Cf. *Lições de Iena*, de Georg Hegel, *apud* Marcondes, 1997).

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem *é* a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência; a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens (Marx; Engels, 1998a, p. 24-25).

Em vez de uma consciência pura e idealista, a linguagem é a consciência real, prática, permite uma interação com aquilo que acontece na vida cotidiana. Para Marx e Friedrich Engels, a linguagem garante o intercâmbio entre aqueles que fazem uso dela, descerrando-se consequentemente como produto do trabalho. “As palavras, enquanto unidades da língua, são produtos do trabalho linguístico” (Rossi-Landi, 1985, p. 63). Ora, a “necessidade dos intercâmbios com os outros homens” pressupõe um uso dessa linguagem; ou melhor, pressupõe uma prática de leitura. A leitura teria surgido da carência de intercambiar experiências, técnicas e sabedoria? Caso contrário, qual é a leitura pressuposta, então? A leitura seria uma prática que, necessariamente, deveria transformar o mundo. “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (Marx; Engels, 1998a, p. 103). Apesar de os filósofos terem se limitado a interpretar “o mundo de diferentes maneiras”, eles não questionaram o modo como interpretavam; ou melhor, eles não questionaram o modo como realizavam a leitura do mundo ou dos mundos, faltou-lhes questionar a transformação provocada por essas leituras. Essa transformação constitui a contribuição marxiana. Não só ocorre a fetichização da mercadoria, como há uma fetichização da leitura. A prática da leitura não se restringiria à interpretação, ao entendimento ou à aplicação metódica, mas se estenderia da importância de uma equitativa divisão do trabalho à socialização do conhecimento, tudo isso com vistas no fim das lutas de classes. “Quem construiu a Tebas de sete portas? / Nos livros estão nomes de reis. / Arrastaram eles os blocos de pedra?” (Brecht, 1986, p. 167). Bertolt Brecht poderia aditar: A quem interessa escrever apenas os nomes de reis como construtores de Tebas? “Quanto maiores forem as dimensões da devastação de nosso ordenamento social (quanto mais nós nos questionarmos e quanto mais capacidade tivermos de nos dar conta disso), tanto mais marcado há de ser o distanciamento do estranho” (Benjamin, 1991, p. 205). Analogamente ao fenômeno ocorrido nas mercadorias, com o herói tornam-se distantes/estranhos todos aqueles que lhe deram condições de existência, desde o seu cozinheiro ao médico que cuida de suas feridas. No fetichismo da escrita, há também o fetichismo da leitura, a necessidade de conduzi-la a uma univocidade indubitável. Porém, essa univocidade é tão utópica quanto acreditar que a linguagem esteja

realmente a serviço da carência humana de intercambiar experiências, é o fetiche da comunicação, do encontro entre as consciências. “É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (Benjamin, 1994, p. 198).

Em Walter Benjamin, não se acusa unicamente a falência do narrador a partir da proliferação do romance, e com este o leitor solitário, arrola-se também a falência da linguagem com a fragilidade de sua comunicação. Por mais que se busque investigar as intenções dos escritores e seus editores, ainda sim continuarão sendo estranhas/alheias/alienadas essas intenções. O distanciamento que se mantém em relação aos produtores/operários e leitores da escrita permanecerá enfeitado.

O poeta goza do incomparável privilégio de poder ser, a seu critério, ele mesmo ou um outro. Como almas penadas em busca de um corpo, assim ele entra, quando quer, na pessoa de um outro. Para ele, o corpo de qualquer um está livre e disponível; quando certos lugares lhe parecem fechados, isso ocorre porque, a seus olhos, eles não valem a pena ser inspecionados (Baudelaire, *Les fables*, *apud* Benjamin, 1991, p. 83).

E Benjamin acrescenta: “O que aqui fala é a própria mercadoria. [...] *Les fables* fala, com outras palavras, o próprio fetiche, com que a sensibilidade de Baudelaire vibra tão fortemente em uníssono que a empatia com o inorgânico se tornou uma das fontes de sua inspiração” (Benjamin, 1991, p. 83). Fetichizado pela escrita, o poeta torna-se fantasma, mercadoria, multidão de vozes e escritas; e circula indiscriminadamente por entre leitores e escritores evocando indefinidas leituras. O poeta é o escritor que invade corpos sob a voz do leitor e faz deste o seu escravo para se eternizar. “O escritor que consegue fazer-se ler atua no aparelho vocal do outro, do qual se serve, mesmo após sua morte, como de um *instrumentum vocale*, isto é, como de alguém ou de alguma coisa a seu serviço, até mesmo de um escravo” (Svenbro, 2002, p. 49). Na leitura literária, o poeta confunde-se com a sua escrita e circula como uma moeda, afirma o seu valor de dizer e desdizer descomprometido a invadir quaisquer discursos.

É preciso falar do fantasma, até mesmo ao fantasma e com ele, uma vez que nenhuma ética, nenhuma política revolucionária ou não, parece possível, pensável e justa, sem reconhecer em seu princípio o respeito por esses outros que não estão mais ou por esses outros que ainda não estão aí, presentemente vivos, quer já estejam mortos, quer ainda não tenham nascido (Derrida, 1994, p. 11).

A leitura não pode sobrepujar outras leituras, fantasmas que sempre estarão nos arredores da escrita, seja afirmando-a ou negando-a. São fantasmas-leituras impertinentes que resistem à morte ou ao seu desaparecimento por completo. A fantasmagórica presença marxiana na leitura literária permite ver a importância de um pensamento que invadiu corpos, gerações, escritas, tudo isso sob o preçõ de éticas e políticas revolucionárias das quais não se pretenderia desvencilhar. Não só as mercadorias tornaram-se fantasmas, fetichizadas pelo mercado, como também o comunismo de Marx: “Um fantasma ronda a Europa – o fantasma do comunismo” (Marx; Engels, 1998b, p. 49). Para este fantasma onipresente, não há leitor solitário, a leitura torna-se uma eterna remissão a outras leituras – remissão e resistência de umas contra as outras.

Resistir à fetichização da leitura é resistir tanto à alienação como à desalienação do mundo. Pois, a própria desalienação é ideológica.

Qualquer discurso é situacional, isto é, pertence a uma situação histórico-social determinada. Qualquer situação está embebida de falsa consciência. Qualquer discurso espelha portanto uma forma qualquer de falsa consciência; e como é discurso, isso ocorre no nível do falso pensamento, isto é, da ideologia (Rossi-Landi, 1985, p. 144).

Ou seja, o estado de pureza racional em que se desejaria viver a consciência desalienada consigo mesma não existe, é utópico ou idealista. No discurso, o alheio sempre se fará presente, nunca haverá encontro com uma unidade significacional racionalmente pura de leitura. “A análise marxiana da linguagem denuncia a reificação das significações sociais no discurso teórico idealista, ‘toda mitologia dos conceitos substantivos e independentes’” (Cabrera, 2003, p. 183). Julio Cabrera insiste que a alienação marxiana representa a perda do que nos pertence, especialmente a alienação linguístico-racional que obstaculariza a nossa autodeterminação: a razão e a linguagem. Porém, a unidade entre razão e linguagem só se realiza no mundo ideal, assaz estranho à prática revolucionária preconizada por Marx. Com a “reificação das significações” e a “mitologia dos conceitos substantivos e independentes”, a fetichização da leitura denuncia-se como mera repetição de uma presunçosa univocidade da escrita literária. A fetichização da leitura aprisionaria o leitor em armadilhas discursivas, falácias que o afastariam do modo como o mundo é produzido, significado, o que ele se tornou e de quais mecanismos ele faz uso para afastar a consciência leitora de si mesma – isto é, não se reconhecendo naquilo que lê. Por conseguinte, para além da desalienação marxiana, resistir à

fetichização também se mostra na condição de resistência à reificação da leitura.

“Quanto mais a mensagem for ‘aberta’ a decodificações diferentes, tanto mais a escolha dos códigos e subcódigos sofrerá a influência não só da circunstância de comunicação, como das predisposições ideológicas do destinatário” (Eco, 1974, p. 125). Ora, a escrita literária é o melhor exemplo de abertura a decodificações diferentes, mormente por não se ater à verdade alguma ou por ser afeita a se identificar consigo mesma. Estando “aberta”, apresenta-se facilmente para uma leitura ideológica, fetichista. Para Umberto Eco, a ideologia representa um “resíduo extra-semiótico”, uma circunstância que determina os acontecimentos semiológicos e constitui um sistema de unidades culturais valorativas. O resíduo, por sua vez, é o que definirá a leitura fetichista e a guiará segundo seus interesses. “Quero me entender, me fazer entender, me fazer conhecer, me fazer abraçar, que alguém me leve consigo” (Barthes, 2003, p. 141). Este grito de Roland Barthes é o grito da escrita literária para se fazer entender; mas, é um grito que não encontrará eco em leitura alguma, a não ser na guarita ideológica de uma leitura alienada deveras preocupada em impor códigos. A escolha de códigos e subcódigos é definida pelo pensamento marxiano como “falsa consciência” (alienação), uma visão parcial do mundo, um mascaramento teórico de pretensões objetivamente científicas acerca de concretos relacionamentos sociais e de dadas condições materiais de vida. A leitura a serviço da ideologia só se mostra fetichista; ou melhor, toda leitura que se identifica “a serviço de” alguma coisa só pode ser fetichista, pois não é capaz de questionar os limites daquilo que faz uso ou pressupõe como ponto de partida. “A ideologia é, por conseguinte, uma mensagem que, partindo de uma descrição fatural, tenta sua justificação teórica, sendo gradativamente adquirida pela sociedade como elemento de código” (Barthes, 2003, p. 126). A mensagem ideológica faz da leitura serva de suas justificativas falaciosas e indutivas, tudo isso sob o pretexto de códigos sociais indiscutíveis. Parafrazeando Tullio de Mauro em *Introdução à semântica*, Eco (1974, p. 133) afirma a impossibilidade de demonstrar a eficácia da comunicação e como ela se realiza sobre inevitáveis aporias; todavia, mesmo assim nos comunicamos. Por isso, a leitura não se deve comprometer com ideal algum de comunicabilidade, senão partir do pressuposto de que a própria leitura gerará outras aporias indefinidamente, deixando enfim o leitor à mercê de suas especulações e forçado a fazer novas leituras também aporéticas. Perante a ineficiência da comunicação, a leitura apresenta-se ainda mais como resistência a si mesma.

A oferta marxiana de leitura não se restringe ao que está escrito ou o que está simplesmente à frente do leitor, a literariedade da escrita literária. A ela interessa descobrir principalmente quais são esses mecanismos de manipulação de leitura. No entanto, a contribuição marxiana não se volta apenas a quem interessa a leitura, ou como uma classe social impõe a sua leitura, mas sim indicar o que seria uma fetichização da leitura independentemente da classe à qual pertenceria o leitor ou escritor. Seguindo orientações marxianas, os signos sociais acusam a presença dos fenômenos ideológicos. Por trás do fetichismo da leitura, há escolhas de percursos; ou melhor, encruzilhadas que são sumariamente apagadas para conduzir o leitor positivamente a objetivos escusos. Entre estes, destaca-se o não questionamento da leitura.

A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. [...] A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos (Bakhtin, 1999, p. 36).

No percalço de Mikhail Bakhtin, não é possível ler os signos – necessariamente sociais, uma vez que sempre valem para o outro e não para o sujeito em particular, solitário – sem ter por base a economia, a interferência dos valores econômicos sobre os valores linguísticos.

Para refletir acerca dessa interferência, é importante alinhar a aproximação entre a economia e a linguística. Em seu *Curso de linguística geral*, Ferdinand de Saussure defende a presença do valor no signo. O valor garantiria a troca e a comparação entre as palavras, as idéias, sejam estas semelhantes ou não. Assim como o dinheiro constitui a mercadoria universal para a economia, o valor intermedeia as relações signícas na língua. Usando o exemplo de Saussure, do mesmo modo que a moeda de cinco francos pode ser trocada por uma quantidade de uma coisa diferente, ou comparada com um valor semelhante do mesmo sistema (uma moeda de cinco francos) ou uma moeda de outro sistema (um dólar), “uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra” (Saussure, 1979, p. 134). Com a noção de valor linguístico, a proposta inicial de Saussure não é necessariamente desenvolver uma teoria da significação, senão lhe dar suporte e trazer para o seu entendimento prático os mecanismos inerentes ao funcionamento da língua. Para a significação, Saussure apresenta o signo dividido entre a imagem-som do significante e o significado, seu conceito. Além de serem indissociáveis, a relação mantida

entre o significante e o significado é arbitrária, pois nada nem mesmo os fenômenos onomatopéicos determinariam uma ordem causal entre as partes do signo. Apesar desta arbitrariedade ter sido refutada por outros linguistas, como Émile Benveniste em *Problemas da linguística geral* (1976) ao colocá-la na relação entre significante e referente, é importante ressaltar a entrada da economia via noção de valor e como ela está presente na leitura literária. Deste modo, para se realizar efetivamente a leitura, esta não poderia prescindir o valor existente nos significantes e nos significados – por exemplo, no significante porta/porca; e no significado singular/plural de menina/meninas –, a diferença necessária para a troca e a comparação entre eles, respectivamente.

Assim como a fetichização econômica entrona as mercadorias na condição de coisas a partir do valor de troca, a leitura fetichista valoriza o significante em detrimento do significado. O significante seria “aquilo que se mostra ao leitor”, a escrita literária propriamente dita. O significado seria somente um produto dependente e indissociável do significante. Ou seja, comparando com a economia marxiana, não só o valor de troca estaria em posição equivalente ao significante, mas também o valor de uso ao significado. “Quer dizer que entre a troca simbólica e o valor/signo há a mesma redução, o mesmo processo de abstração e de racionalização [...] que entre os múltiplos valores de uso ‘concretos’ e a abstração do valor de troca na mercadoria” (Baudrillard, 1995, p. 125). A princípio, com a redução da troca simbólica ao valor/signo, a fetichização da leitura seria a primazia do significante em detrimento do significado, o seu derradeiro apagamento. A primazia do significante eliminaria a independência do significado a ponto de quase ausentá-lo. “A ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação” (Derrida, 1995, p. 232). Nada mais existiria além do texto, da escrita literária. O esforço marxiano de submeter o valor de uso ao valor de troca – e a sua consequência para a relação entre significante e significado – perfaz o seu trabalho de eliminar as “sutilezas metafísicas e teológicas da mercadoria”. Porém, Jacques Derrida ressalta que esse esforço é inútil.

Pois a significação ‘signo’ foi sempre compreendida e determinada, no seu sentido, como signo-de, significante remetendo para um significado, significante diferente do seu significado. Ao se apagar a diferença radical entre significante e significado, é a própria palavra significante que seria necessário abandonar como conceito metafísico (Derrida, 1995, p. 233).

Ou seja, não se pode anular o significado, tampouco há uma simetria perfeita entre o valor de uso e o valor de troca. A troca pressupõe a utilidade. Quanto a isto, Jean Baudrillard retoma Marx ao afirmar que “a produção não produz somente bens, produz também homens para os consumir, e as necessidades correspondentes” (Marx *apud* Baudrillard, 1995, p. 136). O meio de produção econômica não produz somente mercadorias e seres humanos para consumi-las, como também necessidades de consumo. Neste caso, a fetichização da leitura não atua exclusivamente no significante, ela constrói significados reificados.

Como produto do trabalho linguístico, a leitura não está isenta de um processo de fetichização, semelhante ao ocorrido às mercadorias. Submeter a leitura ao método é desmerecer as potencialidades da escrita literária, é colocá-la à disposição de um leitor, muitas vezes, idealizado. Além disso, a leitura não se pode sujeitar à pretensa forma do texto, o que levaria a considerações imanentistas ou transcendentais. A fetichização é a coisificação ou reificação da leitura. Assim como é preciso combater uma reificação da linguagem – a defesa de uma linguagem claramente definida e defendida pela reviravolta linguística no início do século XX –, torna-se um contra-senso ineficaz persistir na reificação da leitura. Não só a mercadoria está enfeitada por um sistema de relações econômicas predominante, mas também a fetichização coisifica a leitura num mesmo nível de alcance. Resistir à fetichização da leitura é resistir à sua coisificação ou instrumentalização. Marx ressaltou que o valor de uso da mercadoria teve de ceder a seu valor de troca, teve de ceder à necessidade de atender a uma entidade abstrata chamada capital (sem fronteiras religiosas, morais, físicas ou institucionais), totalmente globalizada. Por sua vez, a leitura, sendo produto do trabalho humano, também está sujeita a uma unidade abstrata: a reificação da linguagem. Pressupõe-se na possibilidade de que a leitura deva reproduzir fielmente as intenções do texto, ou de algo além dele: as intenções de seu escritor. Garantido o fetiche econômico que se repete na leitura, qualquer erro de interpretação seria um problema do texto, do escritor ou simplesmente da falta de atenção no uso de certas regras pelo leitor, de seu desconhecimento gramatical. A leitura seria reduzida a uma dificuldade prática ou instrumental, cujas ferramentas estão claramente definidas e de fácil acesso, bastando apenas saber aplicá-las.

Além da contribuição do fetichismo marxiano à leitura, tornar-se-á imprescindível mencionar o freudismo. Em *Fetichismo* (1927), Sigmund Freud apresentou-o como o meio pelo qual o adulto encontrou para substituir a falta do falo na mulher (mãe), é a falta que ele não reconhecia na infância e que não estava disposto a renegar ou a assumir a sua

escotomização⁴. “El fetiche es el sustituto del falo de la mujer (de la madre), en cuya existencia el niño pequeño creyó otrora y al cual [...] no quiere renunciar” (Freud, 1955, p. 240). Para ele, “el fetichista ‘escotomiza’ a la castración de la mujer” (Freud, 1955, p. 243) em vez da morte do pai. O motivo deve-se especialmente à ameaça da castração. Estando reprimida a falta do falo que, na mulher, não satisfaria o homem, este buscaria outras formas de compensá-la, seja na admiração de alguma parte do corpo ou objeto que vise substituir. O fetichismo seria o efeito de uma repressão ou resistência àquilo que não poderia ser assumido conscientemente. Ora, o objetivo desta breve apresentação freudiana não é trazê-la em sua integridade para uma aplicação imediata sobre a escrita literária, porém avaliar a importância de certos aspectos de seu fetichismo na resistência à leitura.

A leitura freudiana guia-se a contrapelo de um discurso de ordem lógico-racional, um caminho aparentemente contrário ao traço característico de Marx. Enquanto este desenvolve o fetichismo como o modo pelo qual a realidade é coisificada pela economia, separando o produtor do produto, Freud encerra-o num paradoxo. Segundo ele, o esforço inconsciente de substituir simbolicamente a perda do falo encontra resistência na própria consciência. O inconsciente (*Unbewußt*)⁵ não é uma mônada impenetrável tampouco se isola do consciente; pelo contrário, há um conflito originário

⁴ De escotoma, “s. m. (fisiol.) lacuna do campo visual, dentro de sua periferia; escotomia. // F. gr. *Skotoma* (escuridão na vista)”; ou escotomia: “s. f. o mesmo que *escotoma*. // Mancha escura e redonda, que, por doença da retina, se manifesta nos olhos. // F. mesma or. de *Escotoma*” (Garcia; Nascentes, 1970, p. 1359). Destarte, vale ressaltar que, em vez de “escotomização”, expressão que “implicaria o eclipse total da representação indesejável”, Pierre Kaufmann, no verbete *Fetich*, prefere o termo alemão renegação (*Verleugnung*). Pois, segundo o ponto de vista psicológico, essa representação é preservada (Kaufmann, 1996, p. 207).

⁵ Joël Dor (1996), no verbete *Inconsciente*, acrescenta: “Foi preciso esperar 1878 para que o termo ‘inconsciente’ aparecesse no dicionário da Academia sob a forma de um substantivo. Até a ‘descoberta freudiana’, o inconsciente permaneceu conotado pelo sentido negativo que parece sempre ter tido, tanto em mais diversas acepções filosóficas quanto sob a batuta da psicologia nascente na segunda metade do século XIX. O inconsciente denota assim tudo o que não é consciente para um sujeito, tudo o que escapa à sua consciência espontânea e refletida. Ao propor a hipótese de um lugar psíquico especificamente referido a uma espécie de ‘consciência inconsciente’, Freud não inventa um conceito propriamente falando. No máximo deu a um termo já existente um sentido novo, que empenharia em legitimar com base em suas investigações pessoais, isto é, a observação do que tropeça, do que escapa, cambaleia, falha em todo mundo, quebrando, de uma maneira incompreensível, a continuidade lógica do pensamento e dos comportamentos da vida cotidiana: lapsos, atos falhos, sonhos, esquecimentos e, de modo mais geral, os sintomas compulsivos dos neuróticos, cuja significação paradoxal ele descobre na clínica da histeria”.

entre ambos cujo resultado não aponta a primazia de algum deles, nada além do conflito que resiste a uma superação qualquer imaginada. O inconsciente está latente no consciente, suscetível a qualquer instante de se tornar consciente. Para isso, deve ultrapassar a barreira do pré-consciente.

Assim, podemos falar num pensamento inconsciente que procura transmitir-se para o pré-consciente, de maneira a poder então penetrar na consciência. O que temos em mente aqui não é a formação de um segundo pensamento situado num novo lugar, como uma transcrição que continuasse a existir junto com o original; e a noção de irromper na consciência deve manter-se cuidadosamente livre de qualquer idéia de uma mudança de localização (Freud, 1999, p. 582).

Enquanto o inconsciente não alcança o consciente, o malogro se sustém e a substituição por aquele impetrado permanece na condição de fetiche. A substituição simbólica motivada pelo inconsciente não é tão eficaz a ponto de superar a perda originária, pois a ameaça da castração é um fantasma que não se cansa de atormentar a consciência.

Quanto à leitura literária, em vez de se analisar o leitor particular para assim compreender como é operada a sua leitura, o foco em questão é a própria leitura; ou melhor, os seus limites ou resistências. Com o fetichismo, Freud não só legou um instrumento psicanalítico, como também contribuiu para a reflexão sobre a leitura. É interessante observar o quanto escapa à linguística o instrumental psicanalítico⁶, uma vez que a identificação do fetiche é somente o ponto de partida do problema. Por encerrar num paradoxo, na impossibilidade efetiva de uma substituição simbólica, a perda não persiste apenas como um vazio que nunca será preenchido, mas principalmente na condição de resistência. Isto é, o fetiche visa a escamotear a resistência a partir do processo de substituição. Assim como o significante não está capacitado na tarefa de substituir o significado e vice-

⁶ “A ausência de qualquer código exaustivo e absolutamente infalível significa que na escritura psíquica, que anuncia assim o sentido de toda a escritura em geral, a diferença entre significante e significado nunca é radical. A experiência inconsciente, antes do sonho que segue explorações antigas, não pede emprestados, produz os seus próprios significantes, não os cria na verdade no seu próprio corpo mas produz a sua significância. Sendo assim não se trata mais de significantes propriamente ditos. E a possibilidade de tradução, se está longe de ser anulada – pois entre os pontos de identidade ou de aderência do significante ao significado, a experiência não deixa em seguida de marcar distâncias – parece principal e definitivamente limitada. [...] Não há tradução, nem sistema de tradução, a não ser que um código permanente permita substituir ou transformar os significantes conservando o mesmo significado, sempre *presente* apesar da ausência deste ou daquele significante determinado” (Derrida, 1995, p. 197-198).

versa, não cabe à leitura literária eliminar a resistência existente entre ambos. “O que, nesse corpo amado, tem vocação de fetiche para mim? [...] Quanto mais experimento a especialidade de meu desejo, menos posso enunciá-lo; à precisão do alvo corresponde um tremor do nome; o próprio desejo só pode produzir um impróprio do enunciado” (Barthes, 2003, p. 12). O fetiche, então, surrupiaria o desejo de realizar, de preencher, ou simplesmente empalmaria o impróprio do enunciado, aquilo que nenhuma semiótica seria capaz de eliminar na leitura: a sua resistência.

Com a resistência ao fetichismo, poder-se-ia dizer que a leitura não é uma coisa ou idéia que se adequaria facilmente a qualquer texto. A leitura não é uma coisa distinta da escrita literária nem do modo como ela mesma se realiza, da complexidade que envolve a sua lisibilidade. “A questão da leitura reduz-se pois do seguinte modo: de que modo um texto nos leva à construção de um universo imaginário? Quais são os aspectos do texto que determinam a construção que produzimos quando da leitura e de que modo?” (Todorov, 1980, p. 84). Para que isso seja possível, a leitura literária não é coisa ou substância, senão resistência a si mesma. A sua resistência lhe enriquece, deixa-a em aberto para outras leituras. A fetichização da leitura esforça-se em apagar o caminho de volta à escrita literária, e assim perfaz o objetivo de substituí-la e afastar o leitor da experiência da leitura.

É justamente nesses dois movimentos, ou, se quiserem, nesses dois movimentos de um só movimento, adesão (o prazer de si no prazer do outro) e volta a si (liberdade estética da capacidade de julgar), que a experiência da leitura transita para a experiência comum do leitor. O leitor volta para si compreendendo o texto. Compreendendo o texto, compreende-se a si mesmo, ou vice-versa (Nunes, 1988, p. 182).

É necessária a experiência da leitura, não para que o leitor compreenda a si mesmo ou o texto, como propõe Benedito Nunes. Não há como eliminar a distância que separa o leitor da escrita e de si mesmo. Há um abismo intransponível apontado pela escrita literária e ele sempre se apresentará como resistência ao seu preenchimento ou omissão. “O homem é uma corda, atada entre o animal e o além-do-homem – uma corda sobre um abismo” (Nietzsche, 1983, p. 227). Seja ele o leitor, o escritor ou a própria escrita, o “homem” permanecerá sobre o abismo. Neste abismo, o “homem” não se define como animal ou além-do-homem (*Übermensch*), tem dificuldades de criar valores para si mesmo e aceitar pacificamente verdades últimas e transcendentais. A leitura não pode se sustentar como compreensão, entendimento ou interpretação de algum instrumental hermenêutico ou analítico. A leitura, para dar conta de seus entraves

teóricos e práticos de sua construção, mostra-se como resistência. “É preciso, pois, aprender a construir a leitura — quer como construção, quer como desconstrução” (Todorov, 1980, p. 94). A resistência desenvolve-se tanto na construção quanto na desconstrução da leitura; é um movimento que, para se manter como tal, não deve ser subestimado ou anulado na leitura literária. Não há fins alcançados. Ninguém lê textos, senão se depara com eles, desafios que persistirão indefinidamente. Caso contrário, a leitura deveria valer-se de um signo universal, mítico, ou, na pior das possibilidades, reduzir-se-ia à tarefa de reproduzir tecnicamente o texto, uma repetição alheia ao questionamento imposto pela escrita literária.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Estudo das ideologias e filosofia da linguagem. In: BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 31-38.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: M. Fontes, 2003.
- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma economia política do signo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 2 v.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRECHT, Bertold. Perguntas de um trabalhador que lê. In: BRECHT, Bertold. *Poemas: 1913-1956*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CABRERA, Julio. Marx, linguagem e *Ideologiekritik*. In: CABRERA, Julio. *Margens das filosofias da linguagem*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003. p. 178-205.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DOR, Joël. Inconsciente. In: KAUFMANN, Pierre (Ed.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996. p. 264-265.

ECO, Umberto. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

FREUD, Sigmund. *Obras completas de Sigmund Freud*. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1955. Vol. XXI.

FREUD, Sigmund. O inconsciente e a consciência – realidade. In: FREUD, Sigmund. *Interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1999. p. 582-592.

GARCIA, Hamilcar; NASCENTES, Antenor. *Dicionário contemporâneo de língua portuguesa Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Delta, 1970. Vol. II. p. 1359.

GULLAR, Ferreira. Subversiva. In: GULLAR, Ferreira. *Toda poesia (1950-1980)*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

HEGEL, Georg. Definição do fim último da arte. In: HEGEL, Georg. *O belo na arte*. São Paulo: M. Fontes, 1996. p. 71-74.

KAUFMANN, Pierre. Fetiche. In: KAUFMANN, Pierre (Ed.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996. p. 207.

LAJARTE, Philippe de. Sobre a prática literária. *Diógenes – Revista Internacional de Ciências Humanas*. Brasília, n. 8, p. 63-78, jan.-jun. 1985.

LUKÁCS, Georg. O fenômeno da reificação. In: LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: M. Fontes, 2003. p.194-240.

MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

- MARX, Karl. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol. I. p. 70-78.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia em geral e em particular a ideologia alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: M. Fontes, 1998a. p. 7-54.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998b.
- MORAES, Vinícius de. O operário em construção. In: MORAES, Vinícius de. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998. p. 412-413.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- NUNES, Benedito. Ética e leitura. In: NUNES, Benedito. *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1988. p. 175-186.
- RANCIERE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- ROSA, João Guimarães. *Tutaméia: terceiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. O trabalho humano linguístico. In: ROSSI-LANDI, Ferruccio. *A linguagem como trabalho e como mercado*. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 63-74.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 1989.
- SAUSSURE, Ferdinand. O valor linguístico. In: SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 130-141.
- SVENBRO, Jesper. A Grécia arcaica e clássica: A invenção da leitura silenciosa. In: CHARTIER, Roger; CAVALLLO, Guglielmo (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002. v. 1. p. 41-69.
- TODOROV, Tzvetan. A leitura como construção. In: TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: M. Fontes, 1980. p. 83-94.
- TODOROV, Tzvetan. Como ler? In: TODOROV, Tzvetan. *Poética da prosa*. São Paulo: M. Fontes, 2003. p. 317-332.